



LEI Nº 1.371, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a criação da Superintendência Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis - SMTRSF, da Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI e dá outras providências."

Luiz Carlos Fernandes Fratani, Prefeito Municipal de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de São Fidélis aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Fidélis, vinculada a Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, a Superintendência Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis - SMTRSF.

Art. 2º - Compete a Superintendência Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis - SMTRSF:

- I.** Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS "CIDADE POEMA"
GABINETE DO PREFEITO

- II.** Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;
- III.** Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;
- IV.** Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsitos e suas causas;
- V.** Estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- VI.** Executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamentos e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;
- VII.** Aplicar as penalidades de advertência por escrito, autuar e multar por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas aplicadas;
- VIII.** Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas as infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas;
- IX.** Fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo 95, da Lei Federal n.º 9.503, de 23-9-1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;
- X.** Implantar, manter, operar e fiscalizar, o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;
- XI.** Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;



- XII.** Credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas e transportes de carga indivisível;
- XIII.** Integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência com vistas a unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma unidade de federação;
- XIV.** Implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
- XV.** Promover e participar de projetos e programas de Educação e Segurança de Trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
- XVI.** Planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;
- XVII.** Registrar e licenciar, na forma de legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;
- XVIII.** Conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;
- XIX.** Articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;
- XX.** Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº 9.503 de 23-9-97, além de dar apoio às específicas de órgão ambiental, quando solicitado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS "CIDADE POEMA"
GABINETE DO PREFEITO

- XXI.** Vistoriar veículos que necessitem de autorização especial por transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para sua circulação;
- XXII.** Coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de Educação de Trânsito no Município;
- XXIII.** Executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semafórica;
- XXIV.** Realizar estatística no que tange a todas peculiaridades dos sistemas de tráfego.

Art. 3º - A Superintendência Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis - SMTRSF terá a seguinte estrutura:

- I.** Gerência de Engenharia e Sinalização - GES;
- II.** Gerência de Fiscalização, Tráfego e Administração - GFTA;
- III.** Gerência de Educação de Trânsito - GET;
- IV.** Gerência de Controle e Análise de Estatística de Trânsito - GCAET.

Art. 4º - Ao Superintendente Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis compete:

- I.** A administração e gestão da Superintendência Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis - SMTRSF, implementando planos, programas e projetos;
- II.** O planejamento, projeto, regulamento, educação e operação do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do município.

Parágrafo único - O Superintendente Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis é a autoridade competente para aplicar as penalidades previstas na legislação de trânsito.



Art. 5º - À Gerência de Engenharia e Sinalização compete:

- I. Planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viário;
- II. Planejar o sistema de circulação viária do município;
- III. Proceder estudos de viabilidade técnica para a implantação de projetos de trânsito;
- IV. Integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos;
- V. Elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme norma do CONTRAN, DENATRAN e CETRAN;
- VI. Acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados.

Art. 6º - À Gerência de Fiscalização, Tráfego e Administração compete:

- I. Administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;
- II. Administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;
- III. Controlar as áreas de operação de campo, fiscalização e administração do pátio de veículos;
- IV. Controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;
- V. Operar em segurança das escolas;
- VI. Operar em rotas alternativas;
- VII. Operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;



VIII. Operar a sinalização.

Parágrafo único - A Guarda Municipal de São Fidélis atuará na fiscalização do trânsito.

Art. 7º - À Gerência de Educação de Trânsito compete:

- I.** Promover a Educação de Trânsito junto a Rede Municipal de Ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;
- II.** Promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRANDIFE.

Art. 8º - A Gerência de Controle e Análise de Estatística de Trânsito compete:

- I.** Coletar dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsitos e suas causas;
- II.** Controlar os dados estatísticos da frota circulante do município;
- III.** Controlar os veículos registrados e licenciados no município;
- IV.** Elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação os usuários do sistema viário.

Art. 9º - O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320, da Lei Federal n.º 9.503, de 23-9-1997.



Art. 10 - Fica criada no Município de São Fidélis uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pela Superintendência Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis – SMTRSF, criada nos termos desta lei, e na esfera de sua competência. (ver Resolução Contran n.º 357/2010)

Art. 11 - A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

- I. 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;
- II. 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;
- III. 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§ 1º - O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§ 2º - É facultada à suplência;

§ 3º - É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.

Art. 12 - A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municípios será feita pelo respectivos chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.



Parágrafo único - O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prevê a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

Art. 13 - A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Art. 15 - Ficam criados, no âmbito da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, os cargos comissionados abaixo relacionados:

- I. 1 (um) Cargo Comissionado de Superintendente Municipal de Trânsito e Rodoviário de São Fidélis, Símbolo REF DAS II, Anexo I;
- II. 1 (um) Cargo Comissionado de Gerente de Engenharia e Sinalização, Símbolo REF DAS III, Anexo I;
- III. 1 (um) Cargo Comissionado de Gerente de Fiscalização, Tráfego, e Administração, Símbolo REF DAS III, Anexo I;
- IV. 1 (um) Cargo Comissionado de Gerente de Gerente de Educação de Trânsito, Símbolo REF DAS III, Anexo I;
- V. 1 (um) Cargo Comissionado de Gerente de Controle e Análise de Estatística de Trânsito, Símbolo REF DAS III, Anexo I;

Art. 16 - As despesas decorrentes da execução desta lei correção por conta das dotações da Prefeitura Municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS "CIDADE POEMA"

GABINETE DO PREFEITO

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fidélis-RJ, Gabinete do Prefeito, em 12 de agosto de 2013.



Luiz Carlos Fernandes Fratani
PREFEITO
CPF: 435.864.477-34